

# AS INTERFACES ENTRE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONFIGURAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO

Jaqueline Brigagão\*  
Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento\*\*  
Peter Kevin Spink\*\*

Recebido: 14 mar. 2011

Aprovado: 11 abr. 2011

\* Dra. em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Docente da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Av. Arlindo Betio, 1000. Ermelino Matarazzo, Cep: 03828-000, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: jac@usp.br

\*\* Dra. em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Av. Nove de Julho, 2029, 11º, Bela Vista, Cep: 01313-902, São Paulo-SP. Brasil. E-mail: vanda\_nascimento@uol.com.br

\*\*\* Dr. em Psicologia Organizacional pelo Birkbeck College, Universidade de Londres. Coordenador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Av. Nove de Julho, 2029, 11º, Bela Vista, Cep: 01313-902, São Paulo-SP. Brasil. E-mail: peter.spink@fgv.br

Resumo: O artigo desenvolve o argumento de que os psicólogos têm se aproximado do campo das políticas públicas por meio das ações desenvolvidas no cotidiano profissional, em diversas áreas, e têm construído diferentes modos de reinvenção da prática a partir da interpretação das políticas. Foram analisados três documentos de domínio público referentes à pesquisa realizada pelo Crepop/CFP. A análise foi orientada pela proposta do Ciclo de Políticas (Policy Cycle), no qual se estudam as políticas como um ciclo contínuo em que as diversas dimensões estão intrinsecamente relacionadas. Considera-se que os psicólogos intervêm nos contextos de produção do texto, de influência e de prática do Ciclo de Políticas. É possível concluir que à medida que as políticas permitem a configuração de novos espaços de atuação os psicólogos, desenvolvem novos modos de agir e, gradativamente, vão ampliando as interfaces entre Psicologia e Políticas Públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Psicologia. Ciclo de psicologia.

## THE INTERFACE BETWEEN PSYCHOLOGY AND PUBLIC POLICY SETTING UP NEW SPACES OF ACTION

**Abstract:** The article proposes that psychologists have approached the field of public police through the action undertaken in daily work in many areas and have built new ways of practice based on the interpretation of the polices. We have analyzed three documents related to the research conducted by CREPOP/CFP. The analysis was guide by the proposal of Policy Cycle where the cycle is seen as continuous and the different dimensions of it are intrinsically linked. The Psychologists are involved in the three contexts of the policy cycle: the text production context, the influence context and the practice context. The main conclusion is that psychologists that are working in the public polices field develop new ways of work and gradually expand the interface between Psychology and Public Polices.

**Key words:** Public polices. Psychology. Policy cycle.

### INTRODUÇÃO

**P**olíticas públicas vêm se constituindo como um campo de conhecimento com um vasto interesse no desenvolvimento de planos, ações, pesquisas e avaliações por parte de diversas disciplinas. De tal modo, há uma diversidade de perspectivas possíveis para a abordagem desse tema tanto no que se refere a conceitos como a enfoques do que seja relevante considerar quando a proposta é estudar as políticas públicas (SOUZA, 2006).

A noção de política pública geralmente é usada para se referir a proposições, medidas e ações do governo dirigidas aos problemas de uma determinada população na tentativa de gerir soluções, relacionada ao Estado democrático moderno (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007)<sup>1</sup>. É, ao mesmo tempo, uma forma de colocar o governo em ação uma vez que os problemas podem ser colocados em pauta, na agenda pública, pela sociedade civil (SOUZA, 2006). Assim, falar de política pública remete a levantar questões sobre o contexto de construção dessas políticas e acerca dos atores que estão envolvidos nessa rede heterogênea (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007; GRAU; IÑIGUEZ-RUEDA; SUBIRATS, 2010; SPINK, 2011).

Souza (2006, p. 37) ressalta que, dentre as várias definições e modelos de políticas públicas, podemos encontrar os seguintes elementos:

---

<sup>1</sup> Discussão realizada em mesa-redonda "Políticas Públicas e Psicologia: potencialidades e desafios dessa relação" no IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas/ Maceió-Alagoas, 2007.

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

A interface entre Psicologia e Políticas Públicas tem ocorrido de diversas formas, nos diferentes processos típicos do campo das políticas públicas. Partimos assim da premissa de que políticas públicas é um campo que envolve processos complexos e que:

toda política pública se puede considerar un proceso de ingeniería heterogénea, el resultado del cual es una red híbrida que se articula en una arena en la que ya existen otras redes. Una red híbrida fruto de múltiples procesos de asociación en los que participan una gran cantidad y diversidad de elementos. (GRAU; ÍÑIGUEZ-RUEDA; SUBIRATS, 2010, p. 66).

Desse modo, entendemos que, para pensar o contexto das práticas profissionais, na interface entre Psicologia e Políticas Públicas, é importante utilizarmos a perspectiva da Teoria Ator Rede (TAR) que nos permite incluir na discussão os múltiplos fatores que o constituem. As práticas são essencialmente sociais e, portanto, são parte de redes de elementos heterogêneos. Como ressaltado por Law (1989, p. 3):

[...] Este então é o movimento analítico crucial feito pelos autores da teoria ator-rede: a sugestão que o social não é nada mais do que redes de certos padrões de materiais heterogêneos. Este é um argumento radical porque ele diz que essas redes são compostas não apenas por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas – enfim quaisquer materiais. Portanto o argumento é que o que compõe o social não é simplesmente humano. O social é composto por todos esses materiais também. Na verdade, o argumento é que nós não teríamos uma sociedade, de modo algum, se não fosse pela heterogeneidade das redes do social.

A seguir apresentaremos uma breve leitura das interfaces entre Psicologia e Políticas Públicas e de seus principais elementos a fim de discutir como os psicólogos têm atuado em diferentes processos no contexto das políticas públicas.

## **AS INTERFACES ENTRE PSICOLOGIA E POLITICAS PÚBLICAS**

O reconhecimento da profissão de psicólogo no Brasil é recente; a regulamentação da profissão com a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, criou a profissão de psicólogo e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi criado pela Lei 5.766, de 1971, que somente foi regulamentada em 1977 com o Decreto 79.822.

Em breve análise, podemos dizer que neste período de 50 anos houve transformações significativas na profissão e uma ampliação no escopo das ações desenvolvidas por psicólogos, bem como nas teorias e técnicas que orientam essas práticas e que a interface entre Psicologia e Políticas Públicas tem se ampliado muito nas últimas décadas.

Diversos acontecimentos influenciaram as transformações que ocorreram na Psicologia ao longo do tempo. Dentre esses, vale ressaltar as profundas mudanças políticas que o processo de redemocratização do Brasil possibilitou: como a criação de espaços públicos que permitiu a ampliação da participação da sociedade civil nas discussões e na elaboração das políticas públicas (YAMAMOTO, 2004; GONÇALVES, 2010; SPINK, 2011). A Constituição de 1988 é considerada um marco formal que consagrou o princípio de participação da sociedade civil e possibilitou a participação dos cidadãos na administração pública através dos conselhos gestores de políticas públicas nas diversas áreas, como saúde, educação, cultura entre outros (DAGNINO, 2004).

Trata-se de uma mudança estrutural no contexto nacional e os cidadãos brasileiros de modo geral têm conquistado espaços de participação nas políticas públicas. Diferentes categorias profissionais passam a se posicionar e se envolver no campo das políticas públicas seja para defender interesses da categoria seja para contribuir na elaboração, implementação e avaliação de programas e de políticas. Nesta mesma perspectiva, no campo da saúde a participação política na Reforma Sanitária e na Oitava Conferência de Saúde, realizadas na década de 1980, são um marco na inclusão dos profissionais e dos atores envolvidos no processo de pensar, elaborar e propor ações para o Estado. A partir da criação do SUS, os conselhos de saúde têm sido espaços privilegiados de participação e de contribuição dos diversos profissionais que atuam no campo da saúde. Um dos exemplos de sucesso deste processo pode ser observado na consolidação dos ideais políticos do movimento antimanicomial, da reforma psiquiátrica e nas políticas oficiais (ROSA; LUZIO; YASSUI, 2001).

Por outro lado, o aumento significativo no número de profissionais graduados a cada ano e as transformações no mercado de trabalho passaram a exigir a ampliação das ações dos psicólogos para uma grande diversidade de áreas, assim como a inserção em programas e serviços na arena pública. Um dos indicadores desse processo é o fato do Conselho Federal de Psicologia criar em 2006 um Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) com o objetivo de “consolidar a produção de referências para atuação dos psicólogos em Políticas Públicas, por meio de pesquisas multicêntricas coordenadas nacionalmente”<sup>2</sup>. O Conselho Profissional reconhece, assim, que há um grande número de profissionais atuando no campo das Políticas Públicas e decide realizar pesquisas de âmbito nacional que buscam identificar as ações que vêm sendo desenvolvidas e podem ser subsídios para a formulação de referências para a atuação nos diversos campos pesquisados (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Além de todos esses fatores, é preciso ressaltar que as demandas das diferentes realidades locais do Brasil foram fundamentais para que a profissão de psicólogo assumisse novos contornos. Ou seja, muitas vezes é preciso reinventar a prática para poder desenvolver um trabalho efetivo. Essas invenções, e reinvenções, vão modificando o fazer da Psicologia nos seus microespaços e, gradativamente, também as leituras sobre o potencial da Psicologia.

As transformações foram tantas, e de diferentes ordens, que permitiram a autores como Bock, Furtado e Teixeira (2009) falarem de “Psicologias”, no plural, para indicar a existência de uma diversidade de teorias, bem como, de estratégias de atuação. Vale ressaltar, entretanto, que ao enfatizar as mudanças, não estamos negando que muitos aspectos e princípios que orientam a atuação dentro de moldes historicamente tradicionais continuem a permear não somente as práticas psicológicas, mas também a formação em Psicologia. Mas, não nos deteremos na discussão sobre a permanência dos modelos tradicionais já que nosso objetivo é focalizar esse movimento de transformação da prática profissional para buscar compreender algumas das dimensões das articulações entre a Psicologia e as Políticas Públicas.

## **OS CONTEXTOS DE PRÁTICAS DOS PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA EM TRÊS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Neste artigo, a perspectiva de análise de políticas públicas que adotamos para estudar as múltiplas inserções dos psicólogos nas políticas públicas é a proposta por Bowe, Ball e Gold (1992), na qual o *Police Cycle* deve ser estudado como um ciclo

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://crepop.pol.org.br/novo>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

contínuo em que os contextos de produção do texto, de influência e de prática nas políticas públicas estão intimamente relacionados e que, ao contrário de muitos estudos clássicos de *Policy Cycle*, o ciclo não é constituído por etapas lineares e sequenciais.

Assim, cada um desses contextos envolve atores com interesses diversos e, portanto, há controvérsias, conflitos e resistências. Neste sentido, mesmo que a análise tenha como foco central o contexto da prática, como é o nosso objetivo neste texto, ela está intrinsecamente relacionada ao contexto de influência e de produção dos textos das políticas públicas, já que as práticas são resultados dos modos como os profissionais interpretam as diretrizes propostas nos textos oficiais e pelos serviços.

Stephen J. Ball, em entrevista, ressalta:

Quero rejeitar completamente a idéia de que as políticas são implementadas. Eu não acredito que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta. Este é um uso descuidado e impensado do verbo. O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. (apud MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305).

Trata-se, com base na leitura da TAR, de pensar as práticas no campo das políticas públicas como eventos complexos que envolvem pessoas, materialidades, espaço físico, resoluções, leis entre outros. Grau, Íñiguez-Rueda e Subirats (2010, p. 68), a partir da mesma perspectiva, propõem que a análise de políticas públicas tenha como foco as práticas cotidianas onde “vamos organizando, ordenando, configurando y dando forma a nuestro entorno, mediante asociaciones, entre elementos heterogéneos a través de los mencionados procesos de traducción.”, ou seja, a partir das associações entre humanos, objetos de diversas ordens em lugares em espaços e tempos determinados.

A partir da compreensão de que os psicólogos são atores que participam ativamente do *Policy Cycle* e a fim de ampliar a discussão sobre as múltiplas inserções desses no campo das políticas públicas, vamos fazer uma leitura sobre como os psicólogos que estão inseridos em contextos de prática articulam suas ações com o contexto de influência e de produção de textos. Para isso, utilizaremos os Relatórios Qualitativos de Práticas Profissionais publicados no site do Crepop<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/praticasprofissionais>. Acesso em: 14 fev. 2011.

sobre a atuação dos psicólogos em três arenas de políticas públicas diferentes: Sistema Prisional, Atenção Básica à Saúde, DST/Aids. Estes textos são documentos de domínio público, no sentido atribuído por Spink (2009, p. 136):

Os documentos de domínio público são produtos sociais tornados públicos. Eticamente estão abertos para a análise, por terem sido tornados públicos de uma forma que permite a responsabilização. Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas, institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia-dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos agrupamentos coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidas ou advogadas.

Não se trata de uma análise exaustiva dos referidos textos, mas sim de realizar um leitura dos relatos sobre as práticas presentes nos documentos para identificar, no contexto da prática, os modos como os contextos definidos por Ball estão articulados nas práticas profissionais, os conflitos que os profissionais pesquisados identificam entre os textos oficiais e as condições de trabalho, a rede heterogênea que constitui os contextos das políticas públicas e as estratégias de reinvenção da prática que os profissionais desenvolvem para poder resistir às pressões e cerceamentos impostos pelas instituições executoras das políticas.

### **ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONTEXTOS DE PRODUÇÃO DE TEXTO, DE INFLUÊNCIA E DE PRÁTICA**

Nos relatos presentes nos três documentos estudados fica evidente que os profissionais que atuam nos serviços e programas criados para “implementar” as políticas públicas não se restringem a colocar em prática as diretrizes das políticas, eles atuam também na análise das situações cotidianas, na avaliação das políticas e na proposição de soluções para os problemas que visualizam a partir de suas ações cotidianas. Muitas vezes, a partir destas análises formulam documentos e atuam diretamente no contexto de influência, seja reunindo-se com os responsáveis legais, seja desenvolvendo protocolos e práticas bem sucedidas.

Fizemos documentos colocando a problemática para a Comissão de Direitos Humanos da OAB/MS, nos juntamos com o CRP/14 para conversarmos com o secretário da Justiça, onde fomos bem-recebidas, porém não foi solucionada a questão inconstitucional das horas. Conversamos com a chefia imediata, com o governador do estado, que implementou esse novo horário e levamos um documento com todas as

problemáticas enfrentadas no campo psicossocial, para o Ministério Público do Trabalho (2.33). [SISTEMA PRISIONAL] (CFP, 2009b, p. 29).

Formação dos Grupos Técnicos de Saúde Mental dos Colegiados Gestores Regionais, desenvolvimento de protocolos, linhas de cuidados, articulação dos CAPS com os PSFs, apoio matricial da saúde mental na AB, articulação intersetorial. (P42-38) [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 52).

Os profissionais presentes percebem que as políticas públicas de Estado no campo das DST/AIDS são resultado de reivindicações e da força dos movimentos sociais nesta área. Ponderaram também que práticas, como as implementadas nos CTAs, transformam-se em políticas nacionais, indicando que as políticas públicas avançam, também, em função de práticas bem-sucedidas implementadas com o debate e a prática dos psicólogos [...] (GF CRP-05). [DST/AIDS] (CFP, 2009a, p. 52).

Essa constatação, presente no relato dos profissionais da Psicologia, de que as experiências bem sucedidas desenvolvidas em alguns locais vão orientar a criação de políticas nacionais, encontra eco na discussão proposta por Ball (2001, p. 102):

A criação das políticas nacionais é, inevitavelmente, um processo de “bricolagem”; um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de ideias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, de investigação, de adoção de tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar.

No entanto, apesar de parecer claro em alguns relatos que os psicólogos reconhecem a relevância que as ações desenvolvidas no contexto de prática têm para o contexto de influência e para o de produção de texto, na pesquisa foram relatadas dificuldades na execução da política, tal como prevista no contexto de produção de texto. Isto é, em transpô-la para a práxis, pois os entraves vão desde o não cumprimento das leis, a existência de limites estruturais, a falta de recursos para desenvolvimento de ações planejadas, como também do que denominam de “vontade política” que depende do comprometimento dos gestores e políticos locais, principalmente, diante das mudanças de administradores e políticos a cada período eleitoral.

“As políticas públicas no campo dos serviços de atenção básica de saúde são muito bem elaborados teoricamente. No entanto, a aplicação dessas políticas públicas ideais não se aplica na prática. [...]”. (GF CRP 09) [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 72).



“O gestor da secretaria não tem conhecimento da política pública de saúde e não escuta os profissionais. A coordenação do serviço não constitui espaços de trabalho em equipe e centraliza as informações”. (2-105). [DST/AIDS] (CFP, 2009a, p. 39).

“Os principais desafios são: a politicagem [...] gestores sem formação e visão técnica [...]”. (P41-454) [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 36).

“Que se cumpra, na íntegra, a Lei nº 1.777/03 - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário: destinado a prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem como nas psiquiátricas”. (GF/CRP09TO) [SISTEMA PRISIONAL] (CFP, 2009b, p. 52).

A crítica às políticas é que elas nem sempre têm continuidade, quando mudam os governos, os projetos às vezes são desativados, mesmo aqueles que apresentavam bons indicadores de eficiência. Os pacientes ficam à mercê das diversas negociações políticas entre os agentes do governo e gestores até que eles percebam a importância da prevenção ou da liberação das verbas para a continuidade dos programas de atendimento às populações afetadas. [...] (RE CRP-12) [DST/AIDS] (CFP, 2009a, p. 51).

Os relatos indicam que no contexto de prática não bastam os textos das políticas ou das leis para que as políticas públicas sejam efetivadas e para que os programas tenham continuidade. No dia a dia dos serviços são necessários diversos arranjos, negociações e esforços dos profissionais envolvidos. Fica evidente também nos relatos que as ações muitas vezes são pautadas pelas políticas governamentais locais e não pelas demandas dos usuários.

Nos relatos dos três campos aparecem também reflexões e avaliações sobre as diretrizes das políticas públicas presentes no contexto de produção de texto, os profissionais apontam as falhas que percebem e os aspectos que essas deveriam incorporar para garantir que efetivamente promovam mudanças no campo:

Consideram que as políticas públicas para a área prisional são muito reduzidas e limitadas. Destacam o reduzido número de técnicos atuando nas Unidades Prisionais, no Estado do ES até este ano não havia uma equipe mínima com assistentes sociais, advogados e psicólogos nas Unidades. Apesar da contratação desses profissionais não conseguem atender a demanda. Destacam a necessidade de cumprir as leis referentes aos presos em relação aos direitos humanos. (GF/CRP16) [SISTEMA PRISIONAL] (CFP, 2009b, p. 51).

Os profissionais mencionaram que a política não se sustenta, o que acarreta na sobrecarga das equipes, então é necessário criar ações que viabilizem essas políticas, que busquem sua efetividade. (GF CRP 07) [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 71)

[...] Por outro viés foi colocado que a influência também pode ser reconhecida pela precariedade com que as políticas públicas têm sido mantidas. A partir deste olhar influenciam o trabalho, na medida em que têm sido desmanchadas. Reconhecem que as políticas públicas não têm incidido na qualidade dos serviços. Apesar de uma crescente experiência na área, a partir de equipes interdisciplinares e engajadas nas atividades há muitos anos, existe um ressentimento pela falta de valorização político-administrativa. (RE CRP-07) [DST/AIDS] (CFP, 2009a, p. 51).

“O maior desafio tem sido O DE lidar COM as ineficiências OU ausências DE políticas públicas QUE contribuam PARA A saída DE pessoas do sistema PRISIONAL e QUE não reincidam.” (2.146) [SISTEMA PRISIONAL] (CFP, 2009b, p. 35).

Política Pública de Atenção Básica de Saúde é avaliada pelos participantes como despreparada para atender as necessidades dos usuários, ela não consegue suprir a demanda, falta profissionais em número adequado, falta organização dos serviços e infraestrutura. (GF CRP 14MS) [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 71).

Essas reflexões e avaliações dos profissionais somente são possíveis porque os profissionais estão inseridos no contexto da prática, ou seja, este permite um olhar privilegiado para os textos das políticas e a identificação de brechas e de perspectivas que não conseguem se concretizar no dia a dia dos serviços.

## **OS CONTEXTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO COMPOSTOS POR UMA REDE DE ELEMENTOS HETEROGÊNEOS**

Nos relatos presentes nos documentos sobre as práticas profissionais desenvolvidas pelos psicólogos nos campos de DST/Aids, Sistema Prisional e Atenção Básica à Saúde fica evidente que os contextos das práticas são complexos e constituídos por diversos elementos. Por exemplo, no campo de DST/Aids, os resultados dos testes são materialidades com um papel central que produzem muitos efeitos e mobilizam muitas ações.

A maior dificuldade é que os resultados demoram muito a chegar e as pessoas vêm ao serviço reiteradas vezes em busca dos resultados e não

temos sequer uma data para dizer que retornem. Muitos dos resultados nunca chegam do laboratório. Isso concorre para o descrédito do serviço junto à comunidade e consequente desmotivação dos funcionários. (2-108) [DST/AIDS] (CFP, 2009a, p. 39).

Trata-se aqui de reconhecer que o cotidiano dos serviços é composto por múltiplos elementos e pelas relações que se estabelecem entre eles. Assim, para que as ações que o psicólogo desenvolve estejam articuladas com o texto escrito na política, dentro das especificidades de sua formação e da inserção na equipe interdisciplinar, é preciso ampliar a leitura sobre quais elementos participam nas ações que realiza, isto é, faz-se necessário pensar que as materialidades também são elementos que participam das ações desenvolvidas no cotidiano.

Tanto las entidades que denominamos sociales como las llamadas naturales son construcciones o emergencias de redes heterogéneas, de entramados compuestos por materiales diversos cuya principal característica es precisamente la mencionada heterogeneidad que se da entre ellos. [...] los objetos materiales tienen un papel preeminente en el establecimiento de asociaciones y la generación de colectivos.[...] el dominio de lo material es algo que está más allá del efecto constructivo que se produce en la formación de colectivos. [...] Para la teoría del actor-red, tanto la materialidad como la socialidad son ámbitos que se definen y producen en el momento de generarse un conjunto de asociaciones. (TIRADO; DOMENENCH, 2005, p. 4-10).

Há nos relatos dos profissionais ações que indicam que esses reconhecem que no cotidiano do trabalho é preciso articular as materialidades e as socialidades nas práticas desenvolvidas. Um bom exemplo deste reconhecimento são as práticas desenvolvidas no Sistema Prisional que buscam facilitar que os egressos do Sistema venham a desenvolver novas posições de sujeitos.

Práticas de geração de crédito e renda, práticas de reinserção do criminoso na sociedade, práticas com a sociedade civil para compreensão das dificuldades dos criminosos, possibilitar trabalho e renda, possibilitar satisfações e necessidades. (1.61) [SISTEMA PRISIONAL] (CFP, 2009b, p. 22-23).

Nesta mesma perspectiva, no campo da Atenção Básica à Saúde, há no contexto de produção de texto da política, a proposta de que as ações sejam orientadas pela leitura e demandas do território, o que implica em focalizar um conjunto de

elementos heterogêneos que compõe este território e não somente centrar-se no indivíduo. Esta proposição, muitas vezes, representa para os profissionais da Psicologia um desafio porque implica em uma atuar para além dos limites dos serviços de saúde, porém muitos têm buscado inserir esta dimensão em suas ações, como indica o relato abaixo:

Para mim o matriciamento de equipes tem sido um trabalho novo e desafiador, uma oportunidade de fazer com que a equipe de saúde não olhe o paciente de forma cindida, mas como um todo integrado. Tenho realizado abordagens no território (visitas domiciliares, negociações com a rede de apoio dos pacientes, com ONGs e outros recursos da comunidade) na linha da clínica ampliada. Tenho inserido pacientes em grupos terapêuticos coordenados por outros pacientes (grupo de crochê e tricô, grupo de fuxico, grupos de caminhada) e outros profissionais de saúde. Não sei se estas práticas são inovadoras, pois tenho lido bastante sobre isso, mas tenho percebido muita dificuldade de colegas em aderir a esta proposta no município onde trabalho. (P42 65). [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 58).

Assim parece-nos que os profissionais que atuam na interface entre a Psicologia e as Políticas Públicas reconhecem a importância de desenvolver ações que incluam os recursos disponíveis e que gradativamente passam a utilizar o potencial da rede local onde há elementos heterogêneos e influências mútuas entre humanos e não humanos.

## **AS REINVENÇÕES DA PRÁTICA DOS PSICÓLOGOS**

No contexto de prática, com base no modelo de *Policy Cycle* (BALL, 2001; MAINARDES, 2006; MAINARDES; MARCONDES, 2009), interessa-nos analisar as estratégias criadas pelos profissionais para desenvolver algumas diretrizes previstas pelos textos das políticas, que encontram resistências para serem executadas, e as ações que buscam superar ou complementar os elementos e situações específicas decorrentes, e mesmo geradas, por deficiências da própria política em questão. Neste sentido, no contexto da prática os profissionais da Psicologia se defrontam com desafios de duas ordens diferentes: por um lado, superar as resistências em relação aos textos das políticas que por vezes apresentam propostas de transformação de práticas historicamente consolidadas e, por outro, criar novos modos de atuação pautados na teoria psicológica, mas que rompe com o que é tradicionalmente reconhecido como sendo práticas psicológicas. Trata-se assim de buscar demonstrar o potencial de ação da psicologia para além do que é socialmente esperado e imputado aos psicólogos.

Deste modo, ao analisarmos os relatos sobre as práticas dos psicólogos no campo das políticas públicas, foi possível observar que os profissionais muitas vezes criam novos modos de ação pautados na leitura que realizam sobre as necessidades e demandas do usuário e das instituições em que estão inseridos, bem como na interpretação da(s) política(s) específica(s) referentes ao campo no qual atuam. Um bom exemplo é este do campo do Sistema Prisional onde o profissional relata seus esforços para realizar grupos neste contexto:

Já o programa de orientação à dependência química é um programa que foi muito batalhado mas nunca havia disponibilidade dos policiais para que ajudassem porque o preso precisa de uma escolta policial e a direção nunca topava a ideia de grupo dentro do presídio. “Mas eu e a terapeuta ocupacional sempre acreditamos numa terapia de grupo para esse tipo de trabalho e a gente poderia estar vendo vários internos ao mesmo tempo e agilizar o trabalho”. Com o surgimento da lei que fala do cumprimento da pena e do artigo 33, que é o uso de drogas, as coisas mudaram e conseguiram que o diretor desse o aval para que fizessem o trabalho de grupo lá. E já estão na terceira turma. “É muito gratificante para a equipe de saúde que trabalha com isso. É o único trabalho que a gente vê que há prevenção primária e promoção de saúde também. (GF/CRP01) [SISTEMA PRISIONAL] (CFP, 2009b, p. 17-18).

Vale ressaltar que, nos relatos dos três campos é possível observar um grande envolvimento por parte dos psicólogos com o trabalho que os levam a inventar e reinventar práticas na tentativa de superar as limitações encontradas nos serviços, ou mesmo buscam inovar e encontrar estratégias para realização do trabalho.

Falta de material lúdico para trabalhar com crianças. Crio jogos, peço doações de amigos e muitas vezes compro com meu próprio dinheiro, já que a prefeitura não entregou ainda minha lista de material, que foi pedida já há cerca de três meses. (P41-61) [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 39).

O trabalho de disponibilização de preservativos permanente pelos profissionais de saúde da escola, preservando a identidade do solicitante. O crescente número de solicitações, tanto do número de alunos como funcionários, mostram que o preconceito com relação ao uso de preservativo, a vergonha de ir em busca da camisinha diminuíram. Além de ser a abertura de um espaço para a informação e orientação de questões não só ligadas a DST/Aids como outras de saúde pública e comportamento. (3-175) [DST/AIDS] (CFP, 2009a, p. 45).

Nós desenvolvemos um programa ensina-me a viver e também criamos

um departamento de Psicologia escolar, para apoiar o ensino e pratica de pesquisa...temos planos de elaborar projeto de oficinas profissionalizantes e empreender micro microempresários com o objetivo de obter trabalhos autônomos do tipo venda de cachorro quente e pastéis nas ruas sempre com orientação e acompanhamento de uma pessoa qualificada... ainda esta em planejamento isso... Já o programa ensina-me a viver acolhe vários projetos ... uns voltados para a busca da identidade institucional...outro para criar uma horta.... outro para valorizar o servidor... outro para valorizar parcerias do hctp/ Sergipe etc... temos também em planejamento um programa de desinternamento progressivo para reeducandos com internações de longo período e a pretensão de elaborar programas de prevenção da aids/ dst/ tuberculose e outras enfermidades [...] [SISTEMA PRISIONAL] (CFP, 2009b, p. 49-50).

“Nós utilizamos materiais adquiridos com nossos próprios recursos. O brechó também é uma opção para levantar fundos que envolve ao mesmo tempo a comunidade”. (P41-23) [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 39).

Desde 1996 tenho desenvolvido um trabalho com grupos de paciente visando à adesão ao tratamento que já foi matriz para a coordenação nacional. Realizei 19 oficinas em todo o Brasil, capacitando profissionais de saúde para trabalhar com pacientes em grupo, visando a aumentar a adesão ao tratamento. Participo de um centro de treinamento em aconselhamento, parceria da UERJ com MS, para capacitar profissionais da rede de saúde, temos materiais pedagógicos e um modelo de capacitação para trabalho com grupos que originou minha tese de mestrado. [...] (3-63) [DST/AIDS] (CFP, 2009a, p. 47).

Há também nos relatos dos participantes da pesquisa referências às resistências encontradas pelos profissionais da psicologia nas instituições e nas equipes de trabalho, como também aos esforços na tentativa de superá-las:

“Superar as tendências de comportamento recorrentes no sistema; como à negligência, à acomodação e ao descaso aos sofrimentos dos sentenciados, ou seja, “não desistir”. Encontrar possibilidades de diálogo com outros profissionais [...]”. (2.136) [SISTEMA PRISIONAL] (CFP, 2009b, p. 32).

Os principais desafios são mobilizar a equipe para o cuidado com o portador de sofrimento mental e também desenvolver a compreensão de que saúde mental também está relacionada à promoção de saúde. Além disso, também enfrentamos dificuldade em manter os grupos com a população, tendo em vista que apesar dos convites realizados a pouca

adesão em todos os grupos. (P41-80) [ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE] (CFP, 2010, p. 46).

“Os desafios maiores atualmente são dificuldades com os gestores da saúde do nosso município, que não estão sensibilizados para esta problemática e, muitas vezes, boicotam o nosso trabalho”. (2-49) [DST/AIDS] (CFP, 2009a, p. 38).

Fica evidente nos relatos que, os profissionais a obterem mais sucesso no processo de superação dos entraves, e que inserem novos modos de fazer e pensar as práticas, são os profissionais que, além de pressionar a instituição para exercer os projetos que lhes parecem efetivos, articulam seus discursos sobre a prática com as diretrizes de leis e portarias que estão direta ou indiretamente associadas aos direitos dos usuários da política em questão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos relatos dos psicólogos acerca das práticas profissionais desenvolvidas nos campos do Sistema Prisional, da Atenção Básica à Saúde e DST/Aids, nos permitiu demonstrar que os contextos de produção de textos, de influência e de prática estão entrelaçados e que a partir dos desafios e ações desenvolvidos no contexto de prática é possível ter um perspectiva privilegiada dos outros contextos.

Neste sentido, é importante ressaltar, o que já dissemos anteriormente, que há um fluxo contínuo entre os contextos das políticas e que não podemos reduzir a tarefa dos profissionais que atuam nos contextos de prática à mera implementação de diretrizes, ao contrário, é preciso reconhecer as potencialidades do trabalho desenvolvido por esses para a transformação do campo.

Os diversos relatos sobre as ações que os psicólogos desenvolvem no cotidiano dos serviços e programas para garantir que as diretrizes das políticas sejam efetivamente marcos orientadores das ações indicam que há um profundo envolvimento com o trabalho, com os usuários e um comprometimento destes profissionais em utilizar as políticas públicas para auxiliar na transformação do campo onde atuam.

Um outro aspecto que merece destaque, e que os psicólogos parecem estar percebendo, é que os campos em que atuam são formados por uma rede heterogênea de elementos e que eles devem incluir nas suas ações a relação com elementos humanos e não humanos que compõe esta rede.

A análise dos documentos nos permitiu compreender que a relação dos psicólogos com as políticas públicas é complexa que envolve múltiplas dimensões e requer

diferentes posicionamentos dos profissionais. Assim, esses se posicionam tanto como responsáveis por seguir as políticas e programas, como por avaliar e questionar alguns pontos das políticas que não lhes parecem responder as demandas dos locais em que atuam, posicionam-se também no sentido de influenciar a elaboração dos textos das políticas, seja visibilizando demandas e necessidades percebidas no dia a dia do trabalho, seja buscando incluir nos textos e protocolos os resultados positivos obtidos no dia a dia.

A interface entre Psicologia e Políticas Públicas tem sido ampliada significativamente nos últimos anos e tem possibilitado o crescimento dos dois campos. Para a Psicologia a atuação dos psicólogos em diferentes áreas e instituições tem levado os profissionais a criar novas técnicas e estratégias de trabalho e fazer uma verdadeira reinvenção da prática psicológica. Para as políticas públicas, a participação ativa dos profissionais da Psicologia tem possibilitado que estas incluam, tanto nos textos quanto nas práticas, o diálogo interdisciplinar como fundamental para auxiliar na busca de soluções para os conflitos e problemas sociais.

## REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. In: *Currículo Sem Fronteiras*, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul/dez 2001. Disponível em: <[www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org)>.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.
- BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório do III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2005.
- \_\_\_\_\_. Relatório do IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2007.
- \_\_\_\_\_. Práticas profissionais do(a) psicólogo(a) no campo das DST/aids. Brasília: CFP, 2009a.
- \_\_\_\_\_. A prática profissional dos (as) psicólogos no Sistema Prisional. Brasília: CFP, 2009b.
- \_\_\_\_\_. Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas na atenção básica à saúde. Brasília: CFP, 2010.
- DAGNINO Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? MATO, Daniel (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- GRAU, Marc; ÍÑIGUEZ-RUEDA, Lupicini; SUBIRATS, Joan. La perspectiva sociotécnica em el análisis de políticas públicas. *Psicología Política*, Valencia, n. 41, p. 61-80, 2010.



GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia).

LAW, John. **Notas sobre a teoria ator-rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade**. Tradução de Fernando Manso, 1989. Disponível em: <[www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm](http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm)>. Acesso em: 12.05.2006.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

ROSA, A.C.; LUZIO, C. A.; YASUI, S. As conferências nacionais de saúde mental e as premissas do modo psicossocial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 58, p. 12-25, maio/ago. 2001.

SOUZA C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 123-151.

\_\_\_\_\_. **Psicologia social e políticas públicas: linguagens de ação na era dos direitos**. 2011. No prelo.

TIRADO, Francisco Tirado; DOMÈNECH. Asociaciones heterogèneas y actantes: el giro postsocial de la teoria del actor-red. Publicado en AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, Madrid, n. especial., p. 1-26, nov.-dic. 2005. Ed. Eletrônica.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Rev. Adm. Pública** [online]. v. 42, n. 3 [citado em: 16 fev. 2010], p. 529-550, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>>

YAMAMOTO, Oswaldo H. Psicologia e políticas sociais (públicas) no Brasil. **Psicologia** (Braga), Minho, v. 9, n. 1, p. 99-117, 2004.